



## **A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos<sup>1</sup>**

José de Souza MUNIZ JR.<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **Resumo**

Este artigo recupera contribuições dos estudos do discurso para investigações que contemplem o tratamento de textos nas editoras de livros. A partir da noção ampliada de intervenção textual, discuto em que medida o “mexer no texto do outro” se constitui como ato dialógico. Destaco também a natureza interdiscursiva dessa atividade e de que modo isso determina conflitos, principalmente com os embates entre regimes de genericidade e de normatividade. Por fim, apresento as consequências dessa perspectiva teórica para a pesquisa que desenvolvo atualmente, a partir do binômio comunicação–trabalho e dos conceitos de cotidiano e hegemonia.

**Palavras-chave:** editoras; intervenção; discurso; trabalho; hegemonia.

### **Introdução**

*Há muitas maneiras de dizer algo.* Para compor essa frase, eu poderia ter usado a palavra “existem” em vez de “há”; “diversas” em vez de “muitas”; “modos” em vez de “maneiras”... Eu poderia ter optado por escrever “diser” em vez de “dizer”, ou ter iniciado com outra proposta (uma citação, a definição de um conceito, uma anedota). Eu poderia ter usado a primeira pessoa do plural ou elementos de indeterminação do sujeito. E esta reflexão sobre os modos de dizer poderia se estender às páginas seguintes, ou poderia ter se encerrado antes. Mas ela se desdobra ao infinito, tantas quantas sejam as possibilidades textuais não realizadas.

Essas possibilidades são, em maior ou menor grau, *impossibilidades*, se partimos do princípio de que a atividade languageira — como qualquer atividade humana — está condicionada por uma infinidade de restrições, coerções de ordem social. Então, para compreender essas “dramáticas do texto”, é necessário levar em consideração um conjunto de questões que fogem ao meramente gramatical. Essa complexidade é constitutiva da enunciação e, no entanto, desaparece como se nunca tivesse existido.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Agradeço à profa. dra. Luciana Salazar Salgado, que fez valiosas sugestões e enriqueceu este trabalho.

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e membro do Grupo Comunicação e Trabalho, na mesma instituição. E-mail: jose.muniz@usp.br



Resta o texto, que passa a circular socialmente sem os vestígios desse processo embora carregue consigo, invisíveis, as textualizações decorrentes dessas dramáticas.

Essa questão se torna ainda mais truncada nos casos em que um texto surge pelas mãos não de um único sujeito, mas de um conjunto de sujeitos que, sucessivamente, interferem nas textualizações. Nesses casos, as “dramáticas do texto” passam por um arbítrio coletivo que nem sempre se reduz a um mero consenso. Pelo contrário: traz em si operações que implicam relações de força, porque põem em choque diferentes concepções de língua, estilo, comunicação, público. À medida que os sujeitos se constituem pelo discurso de modos distintos, a responsabilidade conjunta sobre um mesmo texto traz à tona conflitos (nem sempre explicitados, nem sempre evidentes) que estão diretamente relacionados ao laço social que a língua reflete e refrata.

Essa intervenção textual<sup>3</sup> ocorre, cotidianamente, como parte da edição de livros — embora não seja designada como tal durante a produção. Essa realidade pode e deve ser investigada no âmbito da Comunicação, que nos permite pensar o trabalho a partir da articulação (necessária e frutífera) entre produção, circulação e consumo de bens simbólicos. O viés que integra as diferentes instâncias da comunicação não tem sido adotado nas abordagens funcionalistas que privilegiam o texto em si. Tal perspectiva se mostra reducionista, pois, conforme Lopes (2003, p. 57), o “problema não reside tanto nessa especialização da pesquisa, mas principalmente na perda do princípio explicativo de análise do objeto da Comunicação, o qual reside em sua totalidade”.

A maior parte dos estudos sobre o discurso das mídias não toca nesse assunto. A prioridade das investigações tem recaído mais sobre o produto textual que circula socialmente do que sobre a prática discursiva em si, com seus produtos provisórios circulando nos ambientes de trabalho. Tais investigações deixam de contemplar as condições materiais e subjetivas dos sujeitos que incidem sobre esses textos. Assim, perdem de vista parte do laço social, fundamento da comunicação, laço que é inapreensível sem que se considere o texto a partir do todo de que ele faz parte: sujeitos produzindo sentidos tanto na emissão quanto na recepção dos bens simbólicos.

Sobre esse recorte que privilegia os enunciados como se tivessem permanecido idênticos desde o momento da criação, em detrimento de abordagens que levem em consideração os “caminhos do texto”, adverte Chartier (1990, p. 126-7):

---

<sup>3</sup> A expressão “intervenção textual”, que forjo como objeto teórico da pesquisa, abrange as diferentes denominações que a atividade de “mexer no texto do outro” recebe em cada coletivo de trabalho.



Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstracto, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler (...). Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial e pelo trabalho da oficina (...).

Têm surgido no Brasil trabalhos sobre a intervenção textual, principalmente no âmbito da editoração. No entanto, é flagrante que essas problemáticas estejam quase ausentes dos estudos de jornalismo, publicidade, cinema etc. O texto, nessas investigações, não surge como construção coletiva, mas como resultado de um gênio individual ou, em oposição, de um coletivo amorfo (uma publicação, uma empresa etc.). Nos estudos de história editorial, é possível verificar uma tendência semelhante: é muito comum que se relatem e analisem as histórias de sucesso de editoras sem que se faça menção às dezenas, centenas de profissionais que trabalham nessas empresas.

Ora, é fundamental dar a ver os conflitos, silenciamentos, concepções de escrita e reescrita que se põem em jogo nessa atividade, para pôr em destaque o texto como lugar privilegiado de embate de valores. Do mesmo modo, é preciso que se considere essa atividade linguageira numa situação de trabalho mercantil que tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas. Também é fundamental contrapor as abordagens funcionalistas e os discursos empiristas de lugar-comum, que falam do trabalho pela via da prescrição e tratam da linguagem pela via do código. Afinal, eles não têm dado conta de pensar a materialidade e a subjetividade do trabalhador a partir de suas condições concretas. Tais condições vão muito além da prescrição e do código: elas estão enraizadas nas ações ordinárias, nos conflitos que fazem da atividade de trabalho algo sempre único, embora condicionado por fatores sociais de grande envergadura. É na relação dialética entre micro e o macro que se encontra, enfim, sua historicidade.

### **Algumas considerações sobre o discurso**

A perspectiva discursiva — aquela que articula os fenômenos linguísticos às condições sócio-históricas em que ocorrem — tem adquirido cada vez mais importância no âmbito dos estudos de comunicação, à medida que se reconhece o papel fundante da linguagem em constituir as relações sociais e de poder, bem como ser por elas constituídas. Isso se deve, em parte, ao alcance que esses estudos têm de revelar a opacidade da linguagem, ou seja, a característica de um texto que, “enquanto ‘fechado’,



não pode nos dizer exatamente o aberto de onde ele vem, o aberto de suas leituras possíveis, o aberto do qual ele não fala” (François, 1997, p. 201).

É de se supor que esse sucesso resulte também da importância que a palavra publicamente proferida adquiriu nas últimas décadas. Não por acaso, os estudos sobre a política e sobre os meios de comunicação são territórios privilegiados de desenvolvimento desse viés. Mais do que representação da realidade, a linguagem aparece aqui como algo que contribui para forjar a realidade mesma, dado que a relação do homem com o mundo é fundamentalmente mediada pelos signos. Assume especial importância a síntese–superação bakhtiniana do subjetivismo idealista, segundo o qual o psiquismo individual é tido como origem da língua, e do objetivismo abstrato, que vê a substância da língua como um sistema de formas normalizadas (Cunha, 1997, p. 303). As contribuições do pensador russo, embora tenham ganhado relevo primeiro nos debates estruturalistas, mais tarde se revelariam frutíferas para uma abordagem que privilegia as relações entre linguagem, luta hegemônica e acontecimento.

Nessa perspectiva teórica, ontologicamente a linguagem estende e complexifica a ligação que o homem estabelece, pelo trabalho, com as esferas objetiva e subjetiva da existência. Longe de ser simplesmente um reflexo mecânico da atividade humana, ela é constitutiva dessa atividade e do próprio sujeito: “o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (...), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado” (Fairclough, 2001, p. 68). Assim, o discurso deve ser entendido como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2001, p. 90). Então, tal como a atividade industriosa, a atividade linguageira só ganha sentido nas relações dos homens em sociedade, nesse fazer junto.

É sobre essas bases que se funda o conceito bakhtiniano de dialogismo. Princípio constitutivo da linguagem, ele remete à abertura do discurso para o que vem antes dele (fios ideológicos que ele retoma, rebate, incorpora) e o que vem depois (os outros inscritos no que o eu diz, a quem esse eu se dirige). Essa relação diz respeito também ao papel da linguagem na arena social: “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 2006, p. 67). Disso, temos que “a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois, a partir do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, instalam-se na língua choques e contradições” (Barros, 1997, p. 34).



Mais do que ser derivado das identidades sociais, o discurso contribui para constituir as identidades, as relações entre os sujeitos e os sistemas de conhecimento e de crença sobre o mundo, partilhados ou disputados por eles. E isso diz respeito tanto aos sujeitos que dizem quanto aos sujeitos que ouvem: o discurso determina também os lugares de emissores e receptores. Esses lugares não são fixos, pois as relações entre os sujeitos se transformam, mudando também o investimento ideológico dos discursos que nascem dessas relações. Assim, “o sujeito pode assumir diferentes estatutos no interior do discurso, porque não é marcado pela unidade, mas sim pela sua dispersão. Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala, em decorrência das várias posições possíveis de serem assumidas pelo falante” (Brandão, 1997, p. 283).

Não por acaso, “os sentidos sociais do discurso (bem como ideologias) não podem ser simplesmente extraídos do texto sem considerar padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto” (Fairclough, 2001, p. 49-50). Esse conjunto compõe o que se costumou chamar de *condições de produção* do discurso, determinando de que modo certos elementos do interdiscurso serão retomados pelo enunciador, de acordo com as circunstâncias de interação. Essa é a importância, pois, da concepção de que o interdiscurso tem primado sobre o discurso:

É a apreensão dos diferentes discursos que circulam numa dada formação social, dividida em classes, subclasses, grupos de interesse divergentes, pontos de vista múltiplos sobre uma dada realidade, que permite ver as relações polêmicas entre eles. (Fiorin, 1997, p. 231)

Um programa de pesquisa que não considere essa relação discurso–interdiscurso corre o risco de limitar-se à textualidade ou aos aspectos mais pragmáticos da interação, uma vez que se negligencie o fato de que “a complexa configuração interdependente de formações discursivas tem primazia sobre as partes e as propriedades que não são previsíveis das partes” (Fairclough, 2001, p. 95). Essa interdependência revela a dinâmica entre reprodução e mudança discursiva, pondo em evidência a historicidade dos textos na sua relação com outros. Se no plano da interdiscursividade se apreendem as relações entre formações discursivas por meio dos textos que circulam em cada uma delas e entre elas, no plano da intertextualidade é possível perceber o caráter não unitário de cada uma dessas divisões, como esferas de circulação permeadas também por contradições. Por isso, Fairclough (2001, p. 114) se refere às formações discursivas como “redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam” e sugere:



Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente por referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpretados sem os recursos dos membros. Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último. (Fairclough, 2001, p. 99-100)

O *gênero* surge, nesse sentido, como uma noção que visa dar conta das formas relativamente estáveis do discurso e suas dispersões, porque é a instância que organiza modos próprios de dizer conforme as coerções do discurso. Por isso, ele remete tanto os componentes individuais do discurso quanto aos contornos histórico-sociais. Pensado também como sistema organizado discursivamente, o gênero condiciona não só os modos de enunciação, mas também os modos de leitura (prática discursiva também coagida, condicionada historicamente) de um enunciado. Apreender o discurso em sua dupla orientação — social e individual — pressupõe também olhar para a relação dialética entre o micro e o macro. Orienta Fairclough (2001, p. 84):

[as práticas discursivas] (i) não podem ser reduzidas à implementação de estruturas; (ii) exigem que a forma como as estruturas figuram na prática não pode ser tomada como tácita, mas tem de ser determinada; e (iii) em última análise, isso ajuda a moldar as estruturas.

Nesse ponto, o autor nos remete à necessidade de uma vigilância epistemológica constante, que regule a interpretação dos textos a partir do dramático relacionamento entre um evento discursivo específico e as estruturas dentro das quais ele adquire contorno, condicionado por variáveis imediatas (da interação em si) e gerais (das formações discursivas com as quais ele lida). É nesse sentido que se deve pensar a “ideologia do cotidiano” (Bakhtin, 2006, p. 37) não como algo gestado de maneira espontânea nas relações ordinárias, mas como um conjunto de valores pouco sistematizáveis que retomam sistemas ideológicos constituídos e elementos da vida em movimento para compor estratégias, valores e costumes que são, inevitavelmente, velhos-e-novos. Diz Martin-Barbero (2008, p. 121):

É muito perigoso pensar que a única sistematicidade possível nas práticas, a única possibilidade de inteligibilidade, lhes venha da lógica da reprodução. Isso equivaleria a deixar *sem sentido* todo um outro princípio de organização do social e de algum modo todo um outro discurso.



Lidar com a natureza contraditória e heterogênea das práticas discursivas pressupõe ver as enunciações não apenas como a reprodução de discursos anteriores, mas como reelaborações desses discursos para conferir sentido às práticas sociais cotidianas. As leituras, os usos e os consumos são atividades de coenuniação: a recepção não se faz pela simples reprodução de um discurso exterior como discurso interior, na consciência de quem o recebe; é como se, em vez disso, a toda recepção correspondesse uma “emissão para si mesmo”, com o que temos uma cadeia contínua. Isso evita que a atividade linguageira seja deduzida de uma formação discursiva apenas como algo que a forma, e não como algo que a transforma. E, para Fairclough (2001, p. 85), “a concepção gramsciana de poder em termos de hegemonia é superior à concepção de poder de Foucault, porque evita tais desequilíbrios”.

Essa concepção evita também o engano oposto, tal qual aparece no modelo informacional/linear da comunicação, em que as instâncias de emissor e receptor “se supõem situadas no mesmo plano e a mensagem circula entre instâncias homólogas” (Martin-Barbero, 2008, p. 283). Embora a recepção deva ser considerada uma coenuniação, é evidente que as coerções não são as mesmas para todos os interlocutores. Nesse sentido, é frutífero que se ponha em jogo a hegemonia, “um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação” (Fairclough, 2001, p. 122). E o cotidiano é o lugar privilegiado desse questionamento, porque só se tem medida dos usos de poder mediados pela linguagem quando se apercebe do que as pessoas fazem com ela nas situações concretas.

### **Intervenção textual: um objeto discursivo**

A atividade de intervenção textual consiste, em linhas gerais, na ação de um ou mais sujeitos sobre um texto que surgiu pelas mãos de outro(s). Sua finalidade é, em última análise, preparar os textos para circular socialmente. O profissional, com seu “olhar de alteridade”, prevê as leituras possíveis/prováveis e, com base nisso, propõe novas textualizações para que o texto tenha uma recepção o mais próximo possível da esperada ou desejada. Idealmente, a função dos profissionais de intervenção textual é contribuir para que os efeitos de sentido visados pelo autor venham a público tal qual este o desejou. A depender da forma de expressão (ou seja, dos regimes de genericidade





aos quais esse texto está vinculado interdiscursivamente), esses efeitos podem estar ligados a um objetivo pedagógico/instrucional, estético/de fruição, comportamental etc.

O cotidiano de trabalho dos profissionais que se dedicam a essa atividade é composto por uma série ininterrupta e concomitante de operações de (1) leitura, (2) avaliação e (3) interferência (Yamazaki, 2007, p. 8). Essa última fase materializa-se por meio de operações de adição, supressão, substituição e deslocamento no tecido textual (Cális, 2008, p. 61); além disso, o trabalhador faz comentários, dúvidas e críticas dirigidas ao autor ou a outro sujeito do coletivo em questão. Tais “paratextos” não constituem propriamente intervenções no texto, mas sugerem mudanças a partir de um saber privilegiado do profissional sobre a língua, o gênero em questão, o leitor etc. Por fim, as intervenções e sugestões são incorporadas ao texto final a depender da avaliação e aprovação por autores e outros responsáveis na cadeia produtiva.

Os estudos sobre o discurso da mídia tendem a considerar a intervenção textual como uma parte do processo de enunciação ou simplesmente ignorá-la, como se toda reescrita ou revisão se incorporasse, sem grandes problemas, ao texto destinado a circular socialmente. Essas pesquisas, mesmo pressupondo a heterogeneidade constitutiva da linguagem, não têm contemplado a construção coletiva do texto também como fonte de embate ideológico. Essa abordagem encobre, sob uma ilusão de coerência interna do discurso, a polifonia do texto, cuja matriz de análise reside nos cotidianos da produção midiática. Nesse sentido, a noção gramsciana de hegemonia torna-se frutífera no desvendamento das relações de poder que têm lugar nas ações corriqueiras ligadas à produção editorial, dentro das quais surgem embates que são, ao mesmo tempo, conflitos de trabalho e de linguagem.

Na outra ponta, os documentos que orientam as práticas de trabalho costumam tomar a intervenção textual como expressão das próprias normas que a fundamentam. Não por acaso, a complexidade da atividade real de trabalho dos editores, preparadores e revisores é substituída por um viés prescritivo que condena ou apologiza as práticas dos profissionais de texto como se eles fossem — ou devessem ser — porta-vozes de certas normas em detrimento de outras. Nessas análises, quase sempre a subjetividade é relegada a segundo plano ou encarada como resíduo a ser expurgado em favor da eficácia na detecção de erros. Essa postura avaliativa é dirigida principalmente aos revisores — considerados por Alves (2009) e Bagno (2009), por exemplo, como seres completamente assujeitados à gramática tradicional do idioma. Ao contrário do que fazem crer esses relatos, a intervenção textual (incluída, aí, a revisão) não é uma





atividade puramente objetiva, na medida em que *na* e *pela* linguagem o indivíduo que a realiza se constitui como sujeito. Mesmo que não revele traços de singularidade ou de autoria, ele toma parte numa prática linguageira que é socialmente forjada. Por isso mesmo, não é possível dizer que ele atua simplesmente na esfera da língua: a intervenção desse sujeito, mesmo quando se reduz a meras correções ortográficas, ou mesmo quando ele não faz nenhuma alteração no texto, tem natureza discursiva<sup>4</sup>.

Isso porque o trabalho de intervenção textual é realizado com base em *critérios de eficácia* que, vale notar, sempre se materializam em sistemas de normas (ou seja, dispositivos de prescrição) organizados discursivamente. Tais sistemas normativos podem ser tanto explícitos (manuais de redação e edição, dicionários, gramáticas, guias de usos da língua, treinamentos etc.) quanto implícitos (formação acadêmica, trocas de experiências e saberes, ordens ou consensos gestados no próprio coletivo de trabalho, concepções éticas e estéticas em relação à atividade etc.). De qualquer modo, trata-se sempre de discursos que, no decorrer da atividade, são recuperados ou refutados, nem sempre de maneira evidente. Mesmo quando não é evocada explicitamente, a norma está lá, inscrita nas microdecisões textuais. Afinal, ninguém faz nada de qualquer jeito, assim como ninguém diz nada de qualquer jeito: a atividade industriosa ou linguageira é sempre condicionada por fatores de diversas ordens. E essas normas não surgem do nada: elas só podem ser pensadas a partir das condições históricas em que foram engendradas e nas quais continuam produzindo sentidos. Por isso, é possível dizer que as normas não apenas fornecem diretrizes para a atividade, mas revelam o caráter coletivo do trabalho por meio das vozes normativas de outros eus que deixaram seu registro de ação e coerção no decorrer do tempo. Em última análise, a polifonia das normas é reveladora da historicidade do trabalho de intervenção textual.

Da mesma maneira, os textos sobre os quais esses profissionais atuam têm uma história, porque estão ligados a uma rede de outros textos, com os quais ele dialoga de maneira ora velada, ora explícita. Citados ou não, eles determinam que esse texto seja o que é, e determinam também os modos de recepção que esse texto virá a ter. Essa trama interdiscursiva do texto a ser “mexido” determina quais normas o profissional de intervenção irá incorporar ao texto ou, ao contrário, vetar no decorrer do trabalho. Por

---

<sup>4</sup> Mesmo se, como relatam os dois colunistas supracitados, o revisor apenas reproduz a norma culta, não é possível dizer que sua atividade é meramente um assujeitamento a esse sistema de prescrição linguística. É importante notar, por exemplo, o fato de que essa postura do revisor pode significar não apenas submissão à gramática tradicional, mas também resistência às exigências de polivalência e flexibilidade por parte das chefias e empresas, que tendem a incorporar na função de revisor as atividades de checagem, edição, entre outras. Por isso, vejo como essencial considerar que toda atividade de trabalho e de linguagem é atravessada por relações hegemônicas contraditórias.

isso, ressalto a necessidade de que o privilegiamento de um dos dois polos (o texto como expressão autoral ou a norma como expressão prescricional) seja substituído por um viés que dê conta das relações ora conflituosas ora consensuais entre os regimes de genericidade e os regimes de normatividade. Isso corresponde a dar centralidade, na pesquisa das práticas editoriais, ao interdiscurso que exerce pressões sobre as atividades de edição, preparação, revisão e similares. Trata-se, enfim, de pensar esse trabalho a partir das relações que ele mantém com outros textos (intertextualidade) ou com convenções de linguagem (interdiscursividade) (Fairclough, 2001, p. 136).

A isso se soma o fato de que o ato de dizer instaura sempre um outro, a quem a palavra do eu se dirige. “Esse enfoque dialógico, espécie de posição interpretativa, é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, se essa palavra for signo da posição interpretativa de um outro” (Castro, 1997, p. 129-30). Mesmo quando não se trata de um enunciado completo ou de um texto com começo, meio e fim, é possível adotar como categoria de análise o aspecto dialógico do discurso, que lhe é constitutivo. Isso dá subsídios para analisar toda e qualquer intervenção textual a partir do pressuposto de que há “outros” inscritos nessa textualização. Tomo como exemplo dessa dialogicidade um excerto de intervenção textual extraído do arquivo pessoal de um preparador de textos. Trata-se da edição de um livro sobre vinhos, traduzido do inglês. O trabalho de preparação foi feito no programa de edição de textos Microsoft Word; os trechos em azul/sublinhados representam as inserções, enquanto os trechos em vermelho/tachados indicam as exclusões. Ao lado, um comentário feito ao superior que coordena o trabalho desse preparador.

|   |   |
|---|---|
| <p>Mas o vinho tem outras virtudes. A fermentação natural da uva não só produz uma bebida <u>cujo com teor de álcool é de cerca de</u> um décimo a um oitavo <u>do volume total, mas também como seus outros constituintes componentes — em particular os ácidos e taninos — que o tornam estimulante e refrescante ácidos e tânico, em particular, também o tornam estimulante e refrescante. Essas substâncias, provocando um “viés rasgam” de satisfação saborosamente</u> ao penetrar na boca, e <u>causam</u> uma sensação residual de limpeza que nos convida a beber de novo. <u>Em termos de</u> Graças à <u>quantidade</u> <u>intensidade</u> de sabor e <u>do</u> tamanho natural do gole (metade da <u>quantidade</u> <u>um trago</u> de cerveja), <u>o vinho</u> torna-se a bebida perfeita para acompanhar a</p> | <p>[W4] Comentário: No original, "volume". Creio que "intensidade" é mais adequado que "quantidade", pois volume se refere à relação entre massa (sabor) e espaço (gole).</p> |
|---|---|

Mesmo sem uma análise profunda do material, é possível constatar camadas dialógicas na atividade desse sujeito. Como seu trabalho será avaliado e aprovado pela coordenadora de produção, um dos outros a quem ele se reporta é, evidentemente, essa



superior hierárquica. No comentário que ele dirige a essa pessoa, ele justifica uma intervenção a partir de certos saberes sobre a linguagem e sobre o assunto. Assim, é possível constatar a forja de um *ethos* discursivo prudente, minucioso. Se dermos atenção às interferências no texto, veremos que uma de suas preocupações básicas é tornar o texto mais fluente, legível: ele encurta períodos, usa termos mais coloquiais, corrige vícios da tradução. Nesse caso, soma-se ao outro-coordenador um outro-leitor final, com cuja recepção o profissional parece se preocupar durante a intervenção.

Podem ser interlocutores do profissional o autor, o tradutor, o adaptador, o superior hierárquico, os colegas de mesmo nível hierárquico, o diagramador, o leitor... Há que se considerar, então, o micro em que o sujeito trabalhador se insere e as características de cada empresa, de cada projeto, de cada setor etc. Esses outros da enunciação nunca são transparentes à pesquisa, de visibilidade imediata. Para chegar a eles, é preciso debruçar-se sobre os valores inscritos em cada intervenção: é preciso saber que normas eles evocam. Assim, embora todo discurso seja dialógico — porque é constituído por uma relação eu-outro(s) e porque retoma vozes sociais diversas —, nem sempre é polifônico. Isso depende da maneira como essas vozes são marcadas nesse discurso. No caso da intervenção textual, um exemplo dessa marcação é a justificativa de uma alteração com referência a uma regra específica do manual de estilo da editora.

Para se valer de uma ou outra norma, o sujeito que faz a intervenção leva em consideração — mesmo sem se dar conta disso — os outros de seu discurso (e ele faz isso sob as condições de produção que se impõem a ele). É com base no que conhece ou supõe a respeito dessas instâncias de recepção (expectativas, características sociais e cognitivas, modos de circulação etc.) que ele utiliza certos elementos do interdiscurso normativo e descarta outros. Com isso, ele tem em vista uma adesão, que também é específica de acordo com cada instância de recepção: no caso do outro-superior, essa adesão pode se basear em fatores como rigor, conhecimento técnico, curiosidade, atenção etc.; para o outro-autor, pode se relacionar com prudência ou minúcia; para o caso outro-leitor, estão envolvidos clareza, interesse pela leitura etc. Novamente, é preciso ressaltar que esses critérios estão intrinsecamente ligados aos regimes de genericidade do texto: a depender disso, a relação com o chefe, o autor, o leitor e outros sujeitos de recepção se realiza de diferentes maneiras, a depender das hegemonias em questão na atividade industriosa e linguageira desse sujeito.

Assim, a intervenção textual se converte num objeto interessante para pensar os valores que as textualizações carregam, mesmo quando parecem óbvias. Por isso, esse

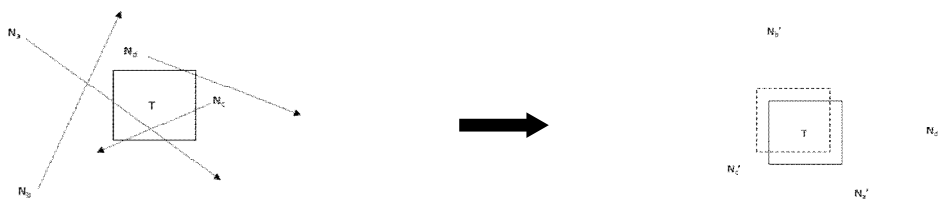
trabalho torna-se uma instância fundamental para compreender que os textos em circulação na sociedade quase nunca são fruto de um único sujeito, em cuja consciência muitas vozes sociais se cruzam em polifonia. Em vez disso, temos um problema muito mais complexo: vários sujeitos incidem sobre o texto, a partir de seus respectivos repertórios, valores, condições. E, sob a superfície do texto acabado, ocultam-se conflitos, silenciamentos, resistências e insistências — disso, eu reforço a importância de pensar a intervenção a partir das lutas hegemônicas em que está envolta.

### Considerações finais: um modelo de análise

Tendo em vista as questões teóricas e metodológicas exploradas no item anterior, gostaria de confrontar um esquema do senso comum sobre a atividade de intervenção textual e um esquema que me parece contemplar de maneira mais completa o cotidiano dos profissionais e as relações de poder implicadas na sua atividade.



Evidencia-se, no esquema acima, uma simplificação absoluta do que se passa no micro da atividade de intervenção textual: o sujeito aplica uma norma a um texto, para expulgar desse texto um erro (ausência da norma) específico. Essa operação altera o estatuto desse texto, que passa a poder ser considerado um texto normatizado. Nesse construto, o sujeito nem se deixa perceber, porque se põe como completamente subordinado pela norma que ele utiliza (ou pela norma que se utiliza dele, na fórmula estruturalista). Do mesmo modo, é impossível vislumbrar uma possibilidade de mudança que não seja a da não aplicação dessa norma. Em contraponto, tendo em vista que a norma é organizada discursivamente e que a atividade é sempre constituída por um debate de normas, temos um esquema mais complexo:





O esquema acima serve para ilustrar três questões:

1) Nunca existe apenas uma norma: há sempre muitas normas, muitos jeitos de fazer, e é a atividade de trabalho, representada pelo próprio texto, que as põe em confronto. Essa multiplicidade normativa existe mesmo quando a análise superficial da situação faz crer que há apenas uma norma — essa “ilusão” deriva do fato de que uma norma se sobreponha a outras como hegemônica.

2) À medida que a atividade de trabalho põe as normas em confronto, elas atravessam o texto de diferentes maneiras, ou simplesmente não o atravessam. Nesse ponto, evidenciam-se as relações de hegemonia entre os discursos normativos.

3) Esse debate de normas na intervenção textual muda não só o estatuto do texto, mas também o estatuto das normas. Se uma norma que é hegemônica perde terreno para outra que não é, produz-se uma alteração no estado das forças que essas normas mantêm entre si. Se, por outro lado, uma norma hegemônica impõe-se sobre as outras, seu estatuto é sustentado por meio da atividade.

Esse modo de ver a intervenção textual condiz com o primado do interdiscurso sobre o discurso, porque as interferências sobre o texto do outro não são vistas apenas como textualizações, mas como jogo entre regimes de normatividade e de genericidade. Por isso, o investimento ideológico desse trabalho está menos condicionado pelo conteúdo da intervenção em si do que pelos laços que o sujeito estabelece ou rompe entre o texto-base da intervenção e as normas engajadas em sua atividade. Assim, o gênero textual surge como categoria que “organiza a manifestação [textual] e promove seu acabamento” (Machado, 1997, p. 143). Os tipos e os graus de intervenção são mais ou menos autorizados de acordo com o gênero ao qual o texto parece pertencer.

No entanto, quando decide aplicar uma norma a um gênero textual ao qual essa norma é estranha ou não prevista, o sujeito não apenas desloca esse texto dentro do gênero a que pertence, mas também desloca a norma em relação às outras normas. Esse, então, é o efeito discursivo da atividade de intervenção textual: mudar o estatuto dos textos e das normas, deslocando-os (enfraquecendo-os ou fortalecendo-os) nos respectivos interdiscursos. Decisões cotidianas podem engendrar uma mudança discursiva, que “ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas” (Magalhães in Fairclough, 2001, p. 12). Assim, longe de fornecer *apenas* um exemplo de conformidade à tendência majoritária ou de dissonância em relação a ela, o acontecimento industrioso-discursivo revela os investimentos ideológicos a partir do



cotidiano, em sua relação com os sistemas ideológicos constituídos. Nesses trânsitos entre micro e macro, encontramos então a historicidade da intervenção textual.

Essas concepções baseiam-se na perspectiva ergológica (Schwartz, 2004), que busca uma compreensão do trabalho humano a partir da própria atividade. Para a Ergologia, as normas (que constituem a tarefa) dizem o que se espera que um trabalhador faça. No entanto, essas normas não se confundem com a atividade concreta do homem: o ato de trabalhar é sempre uma experiência de renormalização. O sujeito promove, a todo instante, um debate entre as normas da prescrição e as normas que ele carrega consigo de outras vivências, de dentro do trabalho e fora delas. É assim que o sujeito faz e refaz as prescrições, e é nesse micro do trabalho que se constroem permanências e mudanças do trabalho em dimensão macro. Ao priorizar a atividade como unidade de reflexão em detrimento da tarefa, o que se faz não é excluir a prescrição, mas incorporá-la ao debate de normas que ganha corpo em cada gesto do trabalhador. De acordo com Faïta (1997, p. 171), “as normas, as restrições que regem as formas, constituem o quadro com e no qual se materializa a multiplicidade de trocas constitutivas de toda atividade”. O trabalho é sempre uma gestão que o sujeito opera com a defasagem entre o prescrito e o real, na medida em que o primeiro jamais cobre a imprevisibilidade do segundo, que é singular.

Então, se a norma é um dispositivo discursivo de prescrição, ela também carrega consigo a marca das relações sociais, das identidades sociais e dos sistemas de conhecimento e crença. E, se a atividade de trabalho é sempre um debate de normas, é imperativo assinalar que essa mesma atividade é constituída por um conflito de valores. E se pensamos no trabalho numa sociedade capitalista, caracterizada por graus de estranhamento, esses debates de normas acabam traduzindo, de algum modo, o conflito entre classes. Contudo, é preciso pensar de que modo esses valores das normas se misturam, gerando não apenas conflitos mas também consensos. Nesse ponto, torna-se fundamental pensar nas lutas pela hegemonia, lutas que constituem a atividade linguageira de editores, revisores e preparadores nas relações entre si e nas relações com autores e leitores. Isso reforça a necessidade de pesquisar a intervenção textual sob um viés das Ciências da Comunicação que, embora contemple como objeto uma fase do processo, não perca o nexos com as demais instâncias de produção e com a recepção.



## Referências bibliográficas

- ALVES, R. Sobre gramáticos e revisores. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 jan. 2009.
- BAGNO, M. Deixem eu ser brasileiro! *Caros Amigos*, São Paulo, fev. 2009.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- BRANDÃO, H. H. N. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- CÁLIS, O. G. T. *A reescrita como correção: sobras, ausências e inadequações na visão de formandos em Letras*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CASTRO, M. L. D. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, D. A. C. Bakhtin e a lingüística atual: interlocuções. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- FAÏTA, D. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- FIORIN, J. L. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- FRANÇOIS, F. “Dialogismo” e romance ou Bakhtin visto através de Dostoiévski. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- LOPES, M. I. V. *Pesquisa em Comunicação*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MACHADO, I. A. Os gêneros e o corpo do acabamento estético. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- SCHWARTZ, Y. Circulações, eficácias, dramáticas da atividade industrial. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.
- YAMAZAKI, C. Editor de texto: quem é e o que faz. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos (SP). *Anais...* Intercom: São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1153-1.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.